



PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002

**A C Ó R D ã O**  
**7ª Turma**  
**CMB/csl**

**AGRAVO RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO. CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO RESERVA. CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS.** Constatado equívoco na decisão agravada, dá-se provimento ao agravo para determinar o reexame do recurso de revista.

**RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO. CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO RESERVA. CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS.** A responsabilidade civil do empregador pela reparação decorrente de danos morais causados ao empregado pressupõe a existência de três requisitos, quais sejam: a conduta (culposa, em regra), o dano propriamente dito (violação aos atributos da personalidade) e o nexo causal entre esses dois elementos. O primeiro é a ação ou omissão de alguém que produz consequências às quais o sistema jurídico reconhece relevância. É certo que esse agir de modo consciente é ainda caracterizado por ser contrário ao Direito, daí falar-se que, em princípio, a responsabilidade exige a presença da conduta culposa do agente, o que significa ação inicialmente de forma ilícita e que se distancia dos padrões socialmente adequados, muito embora possa haver o dever de ressarcimento dos danos, mesmo nos casos de conduta lícita. O segundo elemento é o dano que, nas palavras de



**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

Sérgio Cavalieri Filho, consiste na "[...] subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral". Finalmente, o último elemento é o nexa causal, a consequência que se afirma existir e a causa que a provocou; é o encadeamento dos acontecimentos derivados da ação humana e os efeitos por ela gerados. No caso, o quadro fático registrado pelo Tribunal Regional evidencia o dano, a conduta culposa da empregadora e o nexa causal entre ambos, necessários para o reconhecimento do direito do autor à reparação por danos morais: “o reclamante submeteu-se ao concurso público realizado pela ECT em 2011, para o emprego de Agente de Correios - Atividade Carteiro, localidade base Brasília-DF, classificando-se, na lista de aprovados, no 747º (septingentésimo quadragésimo sétimo) lugar. O número de vagas prevista no edital, e vinculante para a empresa pública, era de apenas 19 (dezenove) vagas, sendo o restante dos aprovados inscritos num cadastro de reservas - a situação inicial do ora recorrente.” ; “a reclamada fez publicar, durante a validade do certame, a realização de pelo menos 04 (quatro) procedimentos licitatórios, visando à contratação de mão de obra temporária exatamente para a função de Agente de Correios - Atividade Carteiro e de Operadores de Transbordo e Triagem, num total de 1.708 (mil setecentas e oito) vagas abertas - fato incontroverso”; “os elementos fáticos evidenciam que a heterodoxa opção da reclamada em terceirizar as atividades de carteiro, mesmo dispondo de candidatos aprovados em concurso público para a função, e estando autorizada a criar vagas em seu quadro permanente de pessoal, revela-se ilícita, traduzindo afronta aos princípios que informam a atuação dos órgãos integrantes da administração pública, ainda que indireta.”; “confessada a necessidade permanente de pessoal para o serviço de carteiro - entenda-se, por sequer



**PROCESSO N° TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

demonstrado o caráter transitório da contratação -; afluindo a existência de vagas autorizadas, em número bem superior à classificação do reclamante no certame, assim como a disponibilidade orçamentária, nada justifica, data venia, a preterição dos aprovados no concurso público”. Evidenciado o dano, assim como a conduta culposa do empregador e o nexo causal entre ambos, deve ser reformado o acórdão regional, que a despeito de reconhecer direito líquido e certo à nomeação, indeferiu o pedido de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n° **TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**, em que é Recorrente **BRUNO CRISÓSTOMO VASCONCELOS MELO** e Recorrido **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**.

O autor, não se conformando com a decisão unipessoal às fls. 1023/1026, interpõe o presente agravo.

É o relatório.

**V O T O**

**MARCOS PROCESSUAIS E NORMAS GERAIS APLICÁVEIS**

Considerando que o acórdão regional foi publicado em **06/11/2017** e que a decisão de admissibilidade foi publicada em **02/05/2018**, incidem: Lei n° 13.015/2014; CPC/2015; Instrução Normativa n° 40 do TST.

**AGRAVO**

**CONHECIMENTO**

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo.



PROCESSO N° TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002

### **MÉRITO**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR - DANOS MORAIS  
E MATERIAIS CAUSADOS AO EMPREGADO - CARACTERIZAÇÃO - CANDIDATO APROVADO  
EM CONCURSO PÚBLICO - CADASTRO RESERVA - CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS  
EM DETRIMENTO DOS APROVADOS**

### **CONHECIMENTO**

Em exame anterior do caso, concluí pelo não preenchimento do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. O autor sustenta que o houve o efetivo prequestionamento da matéria, pois transcreveu “o trecho do r. acórdão principal que evidencia a apreciação da matéria objeto do recurso, bem como do v. acórdão integrativo”.

Com razão.

Assim, constatado o equívoco da decisão unipessoal, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a referida decisão às fls. 1023/1026, quanto ao presente tema, e analisar o recurso de revista do autor sem o óbice do prequestionamento.

### **RECURSO DE REVISTA**

Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, passo à análise dos pressupostos recursais intrínsecos.

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR - DANOS MORAIS  
E MATERIAIS CAUSADOS AO EMPREGADO - CARACTERIZAÇÃO - CANDIDATO APROVADO  
EM CONCURSO PÚBLICO - CADASTRO RESERVA - CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS  
EM DETRIMENTO DOS APROVADOS**

### **CONHECIMENTO**

O autor sustenta que foi aprovado em concurso público promovido pela reclamada, para contratação de 3 (três) carteiros e formação de cadastro de reserva. Alega que, durante a validade do certame, a reclamada realizou procedimentos licitatórios, visando à contratação de mão de obra temporária exatamente para a função de Agente de Correios



**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

- Atividade Carteiro. Assevera que “a quebra da boa-fé expõe o candidato-preterido a sofrimento desnecessário, que lhe causa ansiedade, dor, angústia e temor por não ter o seu sonho realizado, vista tanta dedicação a fim de lograr êxito após a aprovação. A aferição de tal situação de dano e abalo se dá de maneira objetiva, ou seja, independe de produção de prova, conforme já consignado”. Por isso, requer seja a ré condenada ao pagamento de reparação por danos morais. Aponta violação dos arts. 5º, V e X, da Constituição Federal; 186, 422, 927 e 944 do Código Civil. Transcreve arestos para o confronto de teses.

O TRT assim decidiu:

**“DANO MORAL. REQUISITOS. INDENIZAÇÃO.** Com relação ao prejuízo de ordem moral, apesar de reconhecido o direito do reclamante à admissão nos quadros da reclamada, o tempo de espera entre a aprovação no concurso público e a efetiva convocação era, de certo modo, esperado pelo autor, ainda mais porque classificado no certame para integrar o cadastro de reserva.

A inegável angústia e expectativa de ser contratado, neste caso, constitui fato altamente previsível e alcança indistintamente todos os cidadãos que participaram de um certame público dessa natureza.

Ainda que compadecido da situação experimentada pelo candidato, o cenário que emerge dos autos não se afigura potencialmente lesivo ao patrimônio imaterial do reclamante.

Nesse sentido, aliás, foi recentemente editado o Verbete nº 60 por este eg. Tribunal, de seguinte teor, *in verbis*:

**“CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. DANO MORAL. AUSÊNCIA.** A preterição de candidato aprovado em concurso público, por si só, não gera o direito ao recebimento de indenização por dano moral.”

Dou provimento ao recurso para excluir das condenatórias o pagamento de indenização por dano moral.”

Pois bem.

A responsabilidade civil do empregador pela reparação decorrente de danos morais causados ao empregado pressupõe a existência de três requisitos, quais sejam: a conduta (culposa, em regra), o dano propriamente dito (violação aos atributos da personalidade) e o nexo causal entre esses dois elementos.

O primeiro é a ação ou omissão de alguém que produz consequências às quais o sistema jurídico reconhece relevância. Representa, na lição de Sérgio Cavalieri Filho, “o comportamento humano



**PROCESSO N° TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas” (*Programa de responsabilidade civil*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 49). É o aspecto físico, objetivo, da conduta e a vontade de assim agir o elemento psicológico, subjetivo.

Alia-se à imputabilidade, definida pelo mencionado autor como “[...] o conjunto de condições pessoais que dão ao agente capacidade para poder responder pelas consequências de uma conduta contrária ao dever; imputável é aquele que podia e devia ter agido de outro modo” (obra citada, p. 50).

É certo que esse agir de modo consciente é ainda caracterizado por ser contrário ao Direito, daí falar-se que, em princípio, a responsabilidade exige a presença da conduta culposa do agente, o que significa ação inicialmente de forma ilícita e que se distancia dos padrões socialmente adequados (obra e autor citados, p. 53), muito embora possa haver o dever de ressarcimento dos danos, mesmo nos casos de conduta lícita.

No particular, porém, merece destaque o posicionamento adotado por Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano que, apesar de reconhecerem, como regra geral, a presença da antijuridicidade como elemento que acompanha a conduta humana, ressaltam que nem sempre ambos se encontram atrelados:

“Sem ignorarmos que a antijuridicidade, como regra geral, acompanha a ação humana desencadeadora da responsabilidade, entendemos que a imposição do dever de indenizar poderá existir *mesmo quando o sujeito atua licitamente*. Em outras palavras: *poderá haver dever responsabilidade civil sem necessariamente haver antijuridicidade, ainda que excepcionalmente, por força de norma legal*” (*Novo curso de direito civil – responsabilidade civil*. V. III. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 36).

O segundo elemento é o dano que consiste na “[...] subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral” (obra e autor citados, p. 96).



**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

Para o jurista português Antunes Varella, há que se distinguir o dano real do dano patrimonial, em face de peculiaridades que os caracterizam:

“é a perda *in natura* que o lesado sofreu, em consequência de certo facto, nos interesses (materiais, espirituais ou morais) que o direito violado ou a norma infringida visam tutelar. É a lesão causada no interesse juridicamente tutelado, que reveste as mais das vezes a forma de uma *destruição, subtracção ou deterioração* de certa coisa, material ou incorpórea. É a morte ou são os ferimentos causados à vítima; é a perda ou afecção do seu bom nome ou reputação; são os estragos causados no veículo, as fendas abertas no edifício pela explosão; a destruição ou apropriação de coisa alheia.

Ao lado do dano assim definido, há o *dano patrimonial* – que é o reflexo do dano real sobre a situação patrimonial do lesado. Trata-se, em princípio, de realidades diferentes, de grandezas distintas, embora estreitamente relacionadas entre si. Uma coisa é a morte da vítima, as fracturas, as lesões que ela sofreu (*dano real*); outra, as *despesas* com os médicos, com o internamento, com o funeral, os lucros que o sinistrado deixou de obter em virtude da doença ou da incapacidade, os prejuízos que a falta da vítima causou ao seus parentes (*dano patrimonial*).” (*Das obrigações em geral*. v. I. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2000. p. 598).

Portanto, caracterizada a lesão a bem jurídico integrante do patrimônio de outrem, material ou imaterial, haverá dano a ser indenizado.

Finalmente, o último elemento é o nexo causal, cuja compreensão não está afeta ao campo jurídico, em virtude de representar “o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado” (obra e autor citados, p. 71). É a relação imprescindível entre a consequência que se afirma existir e a causa que a provocou; é o encadeamento dos acontecimentos derivados da ação humana e os efeitos por ela gerados.

Caio Mário da Silva Pereira, com apoio em vasta doutrina, sintetiza:

“Assim, não basta que uma pessoa tenha contravindo a certas regras; é preciso que sem esta contravenção, o dano não ocorreria. [...] Não basta, [...] que um dano tenha coincidido com a existência de uma culpa ou de um risco para estabelecer uma responsabilidade. ‘Coincidência não implica em causalidade’ [...] Para que se concretize a responsabilidade é indispensável



**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

que se estabeleça uma interligação entre a ofensa à norma e o prejuízo sofrido, de tal modo que se possa afirmar ter havido o dano ‘porque’ o agente procedeu contra direito”. (*Responsabilidade civil*. 9ª ed. Rio de Janeiro; Forense, 2002. p. 75).

No caso específico do dano moral, pode-se falar na lesão ao que se denomina “dignidade constitucional”, representada pelos atributos inerentes à pessoa humana que encontram proteção no art. 5º, X, da Constituição Federal, nele exemplificativamente enumerados.

Essa correlação foi identificada por Xisto Tiago de Medeiros Neto que, após percorrer doutrina civil-constitucional, assinala:

“o dano moral ou extrapatrimonial consiste na lesão injusta e relevante ocasionada a determinados interesses não materiais, sem equipolência econômica, porém concebidos pelo ordenamento como valores e bens jurídicos protegidos, integrantes do leque de projeção interna (como a intimidade, a liberdade, a privacidade, o bem-estar, o equilíbrio psíquico e a paz) ou *externa* (como o nome, a reputação e a consideração social) inerente à personalidade do ser humano, abrangendo todas as áreas de extensão e tutela de sua dignidade, podendo também alcançar os valores e bens extrapatrimoniais reconhecidos à pessoa jurídica ou a uma coletividade de pessoas” (*Dano moral coletivo*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 64).

Na expressão de Rodolfo Pamplona Filho, em clássica obra sobre o tema, “[...] consiste no prejuízo ou lesão de interesses e bens, cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa, violando sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente” (*O dano moral na relação de emprego*. São Paulo: LTr, 1998. p. 37).

Não é outro o pensamento de Sérgio Cavalieri Filho, após ressaltar a necessidade de revisão do conceito e estrutura principiológica, a partir do advento da Constituição de 1988:

“À luz da Constituição, podemos conceituar *dano moral* por dois aspectos distintos. Em *sentido estrito*, dano moral é a *violação do direito à dignidade*. [...]

Nessa perspectiva, o dano moral não está necessariamente vinculado a alguma reação psíquica da vítima. Pode haver ofensa à dignidade da pessoa





**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

humana sem dor, vexame, sofrimento, assim como pode haver dor, vexame e sofrimento sem violação à dignidade. Dor, vexame, sofrimento e humilhação podem ser consequências, não causas.

[...]

Os direitos da personalidade, entretanto, englobam outros aspectos da pessoa humana que não estão diretamente vinculados à sua dignidade. Nessa categoria incluem-se também os chamados *novos direitos da personalidade*: a imagem, o bom nome, a reputação, sentimentos, relações afetivas, aspirações, hábitos, gostos, convicções políticas, religiosas, filosóficas, direitos autorais. Em suma, os direitos da personalidade podem ser realizados em diferentes dimensões e também podem ser violados em diferentes níveis. Resulta daí que o dano moral, em *sentido amplo*, envolve esses diversos graus de violação dos direitos da personalidade, abrange todas as ofensas à pessoa, considerada esta em suas dimensões individual e social, ainda que sua dignidade não seja arranhada.” (obra citada, p. 101-102).

Em síntese merecedora de destaque, afirma Maria Celina Bodin de Moraes, de forma categórica:

Recentemente, afirmou-se que o ‘dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que violação do direito à dignidade’. Se não se está de acordo, todavia, com a criação de um ‘direito subjetivo à dignidade’, com foi sugerido, é efetivamente o princípio da dignidade humana, princípio fundante do nosso Estado Democrático de Direito, que institui e encima, como foi visto, a cláusula de tutela da personalidade humana, segundo a qual as situações jurídicas subjetivas não-patrimoniais merecem proteção especial no ordenamento nacional, seja através de prevenção, seja mediante reparação, a mais ampla possível, dos danos a elas causados. A reparação do dano moral transforma-se, então, na contrapartida do princípio da dignidade humana: é o reverso da medalha.” (Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 131-132).

Para a sua configuração, é necessário tão somente que sejam identificados os elementos que o caracterizam; não se há de exigir a prova da dor e do sofrimento suportados pela vítima.

Em consagrada expressão da doutrina, afirma-se ser *in re ipsa* ou, em outras palavras, o direito à reparação se origina da própria ação violadora, cuja demonstração há de ser feita; o dano mostra-se presente a partir da constatação da conduta que atinge os direitos da personalidade.



**PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

Mais uma vez, recorro à doutrina de Sérgio Cavalieri Filho, na obra já mencionada (p. 108):

“Neste ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito à própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe *in re ipsa*; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, *ipso facto* está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti*, que decorre das regras de experiência comum.” (obra citada, p. 108).

No caso, o quadro fático registrado pelo Tribunal Regional evidencia o dano, a conduta culposa da empregadora e o nexo causal entre ambos, necessários para o reconhecimento do direito do autor à reparação por danos morais: “o reclamante submeteu-se ao concurso público realizado pela ECT em 2011, para o emprego de Agente de Correios - Atividade Carteiro, localidade base Brasília-DF, classificando-se, na lista de aprovados, no 747º (septingentésimo quadragésimo sétimo) lugar. O número de vagas prevista no edital, e vinculante para a empresa pública, era de apenas 19 (dezenove) vagas, sendo o restante dos aprovados inscritos num cadastro de reservas - a situação inicial do ora recorrente.” ; “a reclamada fez publicar, durante a validade do certame, a realização de pelo menos 04 (quatro) procedimentos licitatórios, visando à contratação de mão de obra temporária exatamente para a função de Agente de Correios - Atividade Carteiro e de Operadores de Transbordo e Triagem, num total de 1.708 (mil setecentas e oito) vagas abertas - fato incontroverso”; “os elementos fáticos evidenciam que a heterodoxa opção da reclamada em terceirizar as atividades de carteiro, mesmo dispondo de candidatos aprovados em concurso público para a função, e estando autorizada a criar vagas em seu quadro permanente de pessoal, revela-se ilícita, traduzindo afronta aos princípios que informam a atuação dos órgãos integrantes da administração pública, ainda que indireta.”; “confessada a necessidade permanente de pessoal para o serviço de carteiro - entenda-se, por sequer demonstrado o caráter transitório da contratação -; afluindo a existência de vagas autorizadas, em número bem superior à classificação do reclamante no certame, assim como a disponibilidade orçamentária, nada justifica, *data venia*, a preterição dos aprovados no concurso público”.

Cito o seguinte precedente de minha lavra:

**“(...)RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO.**



PROCESSO Nº TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS E MATERIAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO. CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO RESERVA. CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS. A responsabilidade civil do empregador pela reparação decorrente de danos morais causados ao empregado pressupõe a existência de três requisitos, quais sejam: a conduta (culposa, em regra), o dano propriamente dito (violação aos atributos da personalidade) e o nexo causal entre esses dois elementos. O primeiro é a ação ou omissão de alguém que produz consequências às quais o sistema jurídico reconhece relevância. É certo que esse agir de modo consciente é ainda caracterizado por ser contrário ao Direito, daí falar-se que, em princípio, a responsabilidade exige a presença da conduta culposa do agente, o que significa ação inicialmente de forma ilícita e que se distancia dos padrões socialmente adequados, muito embora possa haver o dever de ressarcimento dos danos, mesmo nos casos de conduta lícita. O segundo elemento é o dano que, nas palavras de Sérgio Cavalieri Filho, consiste na "[...] subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral". Finalmente, o último elemento é o nexo causal, a consequência que se afirma existir e a causa que a provocou; é o encadeamento dos acontecimentos derivados da ação humana e os efeitos por ela gerados. No caso, o quadro fático registrado pelo Tribunal Regional revela que, embora vigente cadastro de reserva com candidatos aprovados para o cargo de "técnico de instrumentação", a ré contratou trabalhadores terceirizados a fim de exercerem as atividades inerentes ao referido cargo. E concluiu: "A prova do ato ilícito (contratação precária de pessoal, com burla aos princípios constitucionais da Administração Pública), o nexo de causalidade com os danos causados ao autor (que embora tenha sido habilitado em concurso público foi preterido na nomeação face às contratações irregulares), impõe a responsabilidade da demandada e seu dever de indenizar." Evidenciado o dano, assim como a conduta culposa do empregador e o nexo causal entre ambos, deve ser mantido o acórdão regional que condenou a ré a indenizá-lo. Recurso de revista de que não se conhece. (...)" (TST- RR - 1205-39.2011.5.12.0028, **Relator Ministro:** Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, **DEJT** 02/03/2018)

Evidenciado o dano, assim como a conduta culposa do empregador e o nexo causal entre ambos, deve ser reformado o acórdão regional, que a despeito de reconhecer direito líquido e certo à nomeação, indeferiu o pedido de indenização por danos morais.



**PROCESSO N° TST-RR-1510-82.2016.5.10.0002**

Ante o exposto, conheço do recurso de revista, por violação do artigo 5º, X, da Constituição Federal.

**MÉRITO**

Como consequência lógica do conhecimento do apelo, por violação do artigo 5º, X, da Constituição Federal, dou-lhe provimento para restabelecer a sentença, no particular, que condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais (fl. 606).

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, dar provimento ao agravo para, reformando a decisão às fls. 1023/1026, determinar o reexame do recurso de revista do autor. Também por unanimidade, conhecer do recurso de revista, apenas quanto ao tema "responsabilidade civil do empregador - danos morais e materiais causados ao empregado - caracterização - candidato aprovado em concurso público - cadastro reserva - contratação de terceirizados em detrimento dos aprovados", por violação do artigo 5º, X, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença, no particular, que condenou a ré ao pagamento de indenização por danos morais (fl. 606). Fica mantido o valor da condenação, para fins processuais.

Brasília, 4 de março de 2020.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**CLÁUDIO BRANDÃO**  
Ministro Relator